



**EIXO TEMÁTICO:**

- |  |   |  |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade             | <input type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania          |
| <input checked="" type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade      | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade        |   |  |

## **Projeto Urbanístico e Memória: Análise acerca da Implantação do Teleférico no Morro da Providência**

*Urban and Memory Project: Analysis on the Implementation of the Cable Car in Morro da Providencia*

*Proyecto urbanístico y memoria: Análisis sobre la implementación del teleférico en el Morro da Providencia*

SANTOS, Rosane Soares dos (1)

(1) Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, PPGAU, Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, RJ, Brasil; email: rosanesoares@poli.ufrj.br



## **Projeto Urbanístico e Memória: Análise acerca da Implantação do Teleférico no Morro da Providência**

*Urban and Memory Project: Analysis on the Implementation of the Cable Car in Morro da Providencia*

*Proyecto urbanístico y memoria: Análisis sobre la implementación del teleférico en el Morro da Providencia*

### **RESUMO**

O presente estudo almeja investigar dados que possibilitem compreender se os Projetos Urbanísticos (Morar Carioca e Porto Maravilha) implantados no Morro da Providência, uma Favela dotada de memória para a cidade do Rio de Janeiro, constitui-se, de fato, em provisão de melhorias no território, beneficiando sua população autóctone, ou se trata-se exclusivamente de um processo de gentrificação do espaço, promovendo, dentre outros problemas, uma remoção em massa dos moradores, de forma velada. Para tanto, o recorte do objeto é a implantação do Teleférico e os efeitos sociais, citando como exemplos as próprias remoções, a segregação socioespacial – visto que os moradores removidos realocam-se para áreas distantes da zona central, o baixo valor em dinheiro relativo ao mercado pelas compensações ofertadas aos moradores – ou mesmo casos de expropriação, dentre outros causados na Providência, oriundos das obras do Teleférico, cujo mote é a melhoria na mobilidade urbana.

**PALAVRAS-CHAVE:** Projeto Urbano, Favela, Memória, Segregação, Território

### **ABSTRACT**

The present study aims to investigate data that could understand if the Urban Projects (Morar Carioca and Marvelous Port) implanted in the Morro da *Providencia*, a gifted memory for the city of Rio de Janeiro Favela, constitutes, in fact, providing improvements the territory benefiting its native population, or whether it is solely a process of gentrification of the area, promoting, among other problems, mass removal of residents, covertly. Thus, the cutting of the object is the implementation of the Cable Car and social effects, for instance, the own removals, the socio-spatial segregation – since removed the residents relocate to distant areas of the central zone, the low cash value on the compensation offered to the market by the locals – or even cases of expropriation, among others caused in Providence, gathered from the works of the Cable Car, whose motto is improvement in urban mobility.

**KEY-WORDS:** Urban Project, Favela, Memory, Segregation, Territory

### **RESUMEN**

*El presente artículo se propone a investigar datos que posibiliten comprender si los Proyectos Urbanísticos (Morar Carioca e Porto Maravilha) implementados en el Morro da Providencia, una chabola dotada de memorias en el territorio, beneficiando su población autóctone, o si se trata, exclusivamente, de un proceso de gentrificación del espacio, promoviendo dentre otros problemas, una remoción en masa de los habitants, de manera velada. Para tanto, el recorte del objeto es la implantación de Teleférico y sus efectos sociales, enseñando como ejemplos las propias remociones, la segregación socioespacial – visto que los habitantes removidos se realocan para areas distantes de la zona central, el bajo valor en dinero relative al Mercado por las compensaciones ofrecidas a los habitants – o mismo casos de expropiación dentre otros casos causados en la Providencia, oriundos de las obras del Teleférico, cuyo mote es la mejora en la movilidad urbana.*

**PALABRAS-CLAVE:** Proyecto Urbano, Chabola, Memoria, Segregación, Territorio

## 1 INTRODUÇÃO

Investigar os reais interesses por parte do poder público no Morro da Providência, sobretudo em relação às intervenções urbanas que visam dotar a favela de aparatos e equipamentos que mais sugerem uma atração turística do que infraestrutura de transporte que proporcione mobilidade urbana perfaz o argumento da presente pesquisa.

Corroborando com essa forma de transformação retoma-se à discussão feita por Lefebvre (1972) acerca do que ele caracteriza como o “mercado do espaço” – um fenômeno relativamente recente que parece indicar a crescente importância do espaço nas estratégias contemporâneas do capital. O autor afirma ainda que a produção do espaço em si não é nova, visto que os grupos dominantes produziram sempre espaços particulares. O que difere agora é a produção global e total do espaço social, que permite que ele seja transformado em mercadoria – tal como a favela, a Providência *turística*.

No processo de transformação do espaço em mercadoria, o espaço abstrato – o espaço do valor da troca – se impõe sobre o espaço concreto da vida cotidiana – o espaço do valor de uso. A esfera econômica e a esfera do Estado, por meio das representações do espaço, dão sustentação a suas práticas espaciais e também pressionam. **Colonizam o espaço concreto de valor de uso e o transformam em espaço abstrato do valor de troca.** (SÁNCHEZ, 2003, p. 43 – grifo nosso).

Nesse processo de transformação do espaço da favela em mercadoria – a ser vendida aos turistas que a comprariam sob a égide de patrimônio e atrativo turístico da cidade – houve uma imposição do espaço abstrato sobre o espaço concreto da vida cotidiana. Desta forma, como destacaria Lefebvre, houve uma “*vitória do valor de troca sobre o valor de uso*”, na produção do espaço, sendo transformado em mercadoria. Não obstante, não se trata aqui de “*uma mercadoria articulada ao universo das necessidades imediatas, mas sim uma mercadoria que é ao mesmo tempo estratégica e política, porquanto o espaço é lócus e meio do Poder*” (LEFEBVRE, 1998). Emerge neste ponto a crítica à implantação do Teleférico no Morro da Providência, percebendo nesta intervenção não o valor de uso, mas o valor da troca, segregando o morador, gentrificando o espaço e inserindo neste o que e quem interessa.

Vários são os estudos que versam sobre as favelas, sobretudo, as cariocas. Autores salientam a existência destas há mais de um século compondo a paisagem da cidade do Rio de Janeiro. Profissionais de diversos campos de atuação se interessaram em analisar as causas da pobreza, aliada à favela, podendo ser destacados os ligados à literatura, engenharia, arquitetura, medicina, ao direito, à imprensa, dentre outros. Esses profissionais lançavam os olhares, no início, principalmente às moradias de uma parcela da população, consideradas como espaços que propagavam vícios e doenças – os cortiços. Por esta e outras “razões”, a retórica sanitária ganhou espaço e fecundou o terreno para a tomada de decisões governamentais, mormente à gestão do Prefeito Pereira Passos (1902 – 1906), tal como a adoção de medidas administrativas contrárias a tais espaços, já naquela época percebidos como lócus dos problemas sociais.

[...] a favela só poderá ser compreendida na perspectiva de sua relação com os outros espaços da cidade. Ela é resultado do aprofundamento das relações capitalistas na cidade, que se materializam no espaço urbano por meio da constituição de um espaço com características próprias, onde as relações sociais entre seus moradores serão marcadas pela sua condição econômica e sua inserção no mercado. (BOURDIEU, 1974 – grifo nosso).

Visto que o presente estudo tem seu objeto no “mito de origem”, na gênese das favelas cariocas e em seu atual (Século XXI) processo de urbanização, não se pode furtar a abordagem de questões acerca da trajetória histórica de construção e/ou de invenção destes lugares e

mais adiante, sua transformação em pontos de interesse turístico. Cabe ressaltar a abordagem acerca de programas de urbanização, conferindo maior ênfase ao Favela-Bairro, ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e ao Morar Carioca (e Morar Carioca Verde), por representarem as iniciativas mais incisivas de intervenções urbanas nas favelas, sem contudo, deixar de mencionar os primórdios: Reforma Passos, Plano Agache e Projeto Mutirão. Pode-se dizer que a Reforma Passos compõe a própria gênese da favela, visto que no processo de higienização da cidade do Rio de Janeiro e a demolição dos cortiços, as favelas surgiram e foram se propagando.

Valladares (2005) aponta que se hoje (século XXI) as favelas são fenômenos *tipicamente* urbanos; na primeira metade do século XX eram consideradas os *muros rurais da cidade*. Conforme já mencionado, o cortiço carioca encontrava-se no cerne das atenções (higienistas). O local era visto como *“antro da vagabundagem e do crime”* (Id) e, mais além, foco das epidemias e profunda ameaça à ordem social – ou seja, um problema a ser resolvido.

Estudos sobre os cortiços do Rio de Janeiro salientam que no Morro da Providência havia barracos e habitações com a mesma tipologia do *Cabeça de Porco*<sup>1</sup> – o mais *famoso cortiço* – destruído pelo Prefeito Barata Ribeiro, em 26 de janeiro de 1893. Em direção ao Morro da Providência<sup>2</sup> se direcionavam os olhares e os interesses por parte de alguns profissionais, de acordo com Valladares (2005)

O Morro da *Favela* já existente com o nome de Morro da Providência – que entra para a história por meio de sua ligação com a Guerra de Canudos, por seus combatentes lá fincarem morada a fim de pressionar o Ministério da Guerra a pagar pelos atrasos em seus soldos. O morro da favela, pouco a pouco, passou a estender sua denominação a todos e quaisquer aglomerados de barracos desprovidos de traçado e forma de ruas, tampouco acesso e direito aos serviços públicos (VALLADARES, 2005, p. 26).

No decorrer do tempo (mais de um século), muitas foram as mudanças ocorridas na favela que não apenas o nome. Alterou-se o formato do morro, a aparência, as funções e até o perfil dos moradores que habitam nesse espaço. Na segunda metade do século XIX, o mundo capitalista enfrentava mudanças relevantes, oriundas da nova fase da Revolução Industrial. No Brasil, tais mudanças fomentaram a aceleração da dissolução das relações escravistas de trabalho, favorecendo a implantação de uma dinâmica capitalista na economia do país.

O Rio de Janeiro, principal centro cultural, político e econômico do Brasil, vivenciou tais mudanças de maneira intensa. Todavia, apesar da importância que apresentava, a cidade tinha um quadro de contradições que dificultavam sua integração à nova ordem internacional capitalista. Contudo, embora relevante, tal mudança não foi suficiente para atender às novas exigências portuárias da cidade, que, de acordo com Lamarão (1991, p. 55-56) *“tornara-se também ponto quase obrigatório de transferência e trânsito de mercadorias europeias e norte-americanas, alimentando um ativo comércio de cabotagem”*.

O Rio de Janeiro era um campo vasto de contradições, várias eram as mazelas que assolavam a cidade. Aqui, será tratada a mais perturbadora e urgente de todas, a questão das habitações populares – um prelúdio da favela. A insalubridade era um dos transtornos a ser superado. Esse problema se associava à existência das habitações coletivas populares, condenadas a desaparecer para ceder espaço às moradias *higiênicas*. Almejava-se controlar não somente as epidemias, mas, mormente, a população pobre, visto que tais habitações eram vistas como redutos da desordem e da malandragem.

<sup>1</sup> A história desse cortiço é apresentada por Vaz em *Notas sobre o Cabeça de Porco*, de 1986.

<sup>2</sup> De acordo com Valladares (2005), oficialmente, a ocupação do Morro da Providência data de 1897.

A partir de 1856, o Estado começou a dificultar as construções de novas habitações populares nas áreas centrais da cidade e, nos anos que se seguiram, proibiu também sua construção, fechando e demolindo algumas dessas moradias. Com a República, novos esforços foram empreendidos objetivando dotar a cidade de modernização. Nesse enfoque, a capital republicana passou por um processo de remodelação no seu espaço urbano, onde a questão das moradias insalubres assumiu importância central nos discursos bem pronunciados da época.

O governo republicano combatia a permanência dos cortiços e tudo o que eles representavam – insalubridade, crimes, doenças. A erradicação dessas moradias era tida como primordial à fase de modernização do Rio de Janeiro e, a sua adequação às exigências da ordem internacional capitalista imposta – uma estrutura portuária condizente com o ritmo das atividades comerciais de mercadorias; uma cidade higiênica e sem a presença das epidemias que *assombravam* a população, comprometiam os interesses da política de incentivo à imigração e dificultavam a entrada dos investimentos do capital privado estrangeiro, em suma, um espaço urbano estratificado socialmente.

Abreu (1986, p. 52) analisa que antes deste prefeito outros governantes haviam tentado implantar as reformas urbanas e que a *“chamada Reforma Passos – nome indevido, já que grande parte das obras de remodelação da cidade estava a cargo da União – não surgiu do nada”*. O autor afirma a análise com um argumento de Lefebvre ao ressaltar que as intervenções de cunho urbanístico são posteriores a mudanças nas relações sociais, destinando-se, por conseguinte, a resolver as contradições acarretadas por meio dessas mesmas mudanças.

Logo após ser nomeado por Rodrigues Alves, Pereira Passos – engenheiro formado em Paris, onde presenciou a reforma urbanística realizada por Haussmann<sup>3</sup> na capital francesa – implantou no Rio de Janeiro um amplo projeto de reformas, com vistas a remodelar e sanear a cidade, o verdadeiro *“bota-abaixo”* (desmonte dos cortiços). As reformas foram divididas em duas vertentes – as principais intervenções ficaram sob a responsabilidade do governo federal, representado por Rodrigues Alves – que dentre outras ações realizaria a abertura da Avenida Central e proveria a modernização do porto; no que tange às ações de ingerência do governo municipal, destaca-se a abertura da Avenida Beira-Mar. No ano de 1906 – ao final da era Passos, estima-se que mais de 1.600 habitações haviam sido derrubadas.

Em relação ao Plano Agache por volta dos anos de 1920, mais especificamente em 1926, desencadeou-se a primeira campanha de denúncia contra a chamada *“lepra da esthetica”* (PIMENTA, 1926 apud VALLADARES, 2005, p. 36), sendo retomada na década de 1930 com o Plano Agache (de embelezamento da cidade do Rio de Janeiro) e, posteriormente por meio do Código da Construção (1937).

Salienta-se segundo Abreu (2008, p. 86) que foi a realização mais expressiva da administração de Prado Júnior, se configurando como uma tentativa da classe dominante da República Velha de ter o total controle acerca do desenvolvimento das formas urbanas da cidade do Rio de

---

<sup>3</sup> Na obra *Pereira Passos: Um Haussmann Tropical*, de 1992, Benchimol traça uma análise acerca da influência da concepção urbanística do prefeito de Paris sobre as reformas empreendidas por Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro.

Janeiro. O autor ainda destaca que tal plano jamais fora posto em prática – tendo o documento sido concluído após a Revolução de 1930.

As bases do plano apresentavam como objetivo a transformação do Rio de Janeiro em uma cidade ordenada e embelezada, por meio da estratificação do espaço. Desta forma, a área central serviria aos centros de negócios, bancários e administrativos. Evidencia-se que também nesta fase desapropriações foram necessárias – afetando os bairros de baixa renda.

No que tange ao Projeto Mutirão, ressalta-se que no ano de 1985, a cidade do Rio de Janeiro elegeu Saturnino Braga, o primeiro prefeito de sua história (1986 e 1988). A partir de então, a favela passou a ser objeto de atenção do poder público municipal<sup>4</sup> e, em termos de política o fato mais significativo foi a continuação do Projeto Mutirão, que com base no trabalho voluntário dos moradores, foi viável realizar pequenas obras em 34 favelas. Sobre o assunto Petersen ressalta que

A concepção predominante até bem recentemente, inclusive em organismos internacionais, era de que a contrapartida da família deveria ser o fornecimento da mão de obra gratuita, caracterizada, inclusive, como processo participativo. **O projeto inviabilizou-se porque o universo de problemas era imenso e diversificado, acrescido da falta de vontade da população de trabalhar de graça, já que conseguia – e precisava – de trabalho remunerado** (os chamados “bicos”), dos fins de semana (PETERSEN, 2003, p. 50 – grifo nosso).

Por ter sido uma tentativa fracassada, ficou decidido então, que para o projeto ter continuidade, os mutirões precisariam ser pagos, seguindo-se, assim, às reivindicações dos próprios moradores das favelas. Avançou-se, então, para o Projeto de Urbanização Comunitária/Mutirão Remunerado, que se consolidou no final da década de 1980 e início da década de 1990, mormente entre os anos de 1989 e 1993, apresentando relevância na relação entre as favelas e o poder público por inaugurar *“uma nova etapa de percepção e consolidação de conceitos preliminares das premissas básicas para a integração das favelas: intervenções multidisciplinares inter-relacionadas com a participação comunitária como função do desenvolvimento social”* (PETERSEN, 2003, p. 51). É factível ressaltar que tal projeto (Mutirão) tenha sido uma das primeiras<sup>5</sup> etapas na tentativa de transformar as favelas cariocas em bairros. Embora com limitações, o Projeto Mutirão *“foi um instrumento de construção conjunta, de mobilização e esclarecimento da população, um espaço de troca entre o saber técnico e o popular”* (PETERSEN, 2003, p. 52). Ainda em consonância com Petersen (id.) salienta-se que o Mutirão seja a gênese do Programa Favela-Bairro – do ano de 1993, na gestão do Prefeito César Maia<sup>6</sup>. Sobre o Favela-Bairro<sup>7</sup> salienta-se que este se configurou como

<sup>4</sup> A década de 1980, mormente o final desta, foi um momento de redefinição das atribuições do poder público municipal em relação à questão social. A maior proximidade do Poder Municipal com os problemas da cidade e sua virtual agilidade e adequação às características locais passaram a ser consideradas vantagens comparativas, em relação ao modelo centralizador de recursos e responsabilidades vigente durante o período militar. Como afirma Carvalho, *“essa percepção foi consagrada pela Constituição de 1988, que dotou de autonomia financeira os municípios, ao mesmo tempo em que lhes atribuiu um amplo espectro de responsabilidades”* (CARVALHO, 1997, p. 34).

<sup>5</sup> A Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO) desenvolvida no governo Negrão de Lima configura-se como uma etapa anterior. O objetivo da CODESCO era resolver a questão das favelas – **urbanizar ou desadensar onde possível, e remover quando imperativo**.

<sup>6</sup> Mesmo em face de tamanhos investimentos feitos na década de 1980 pelo poder público nas favelas, o déficit de direitos relacionados à infraestrutura, continuava bastante alto no início dos anos de 1990. Dados desse período indicavam que somente 3,7% das casas tinham títulos de propriedade, menos de 20% tinham sistema de esgoto e cerca de 60% possuíam água encanada (MOURA, 1993). Desta forma, *“ficava cada vez mais claro que as intervenções pontuais teriam que ser substituídas ou acompanhadas por um programa mais global, que integrasse a*

um programa desenvolvido a partir do ano de 1993 pela Prefeitura da cidade, cujo objetivo principal era promover a implantação de melhorias urbanísticas, tais como obras de infraestrutura urbana, acessibilidade e a criação de equipamentos urbanos que visassem promover a integração das áreas de favela ao tecido urbano da *cidade formal*.

Foi a partir de experiências prévias da Prefeitura, tal como o Projeto Mutirão já salientado, que se consolidou a percepção de que era urgente a implantação de um programa de intervenção global nas favelas, que concentrasse a coadunação de esforços entre os diversos órgãos governamentais, atacando principalmente as carências de infraestrutura. O Plano Diretor da Cidade, sancionado em 1992 pelo então prefeito Marcello Alencar, foi um aliado relevante dessa percepção. Este Plano fomentou ainda mais a discussão sobre a questão das favelas e a solução contida nele. Conforme ressalta Burgos, “*não apenas privilegia a via urbanizadora, mas também prescreve para as favelas uma nova identidade: a de bairros populares*” (2004, p. 48).

Sobre o PAC pontua-se que a criação do Ministério das Cidades, em janeiro de 2003, atendeu a antigas reivindicações dos movimentos sociais preocupados e interessados na melhoria das condições de vida nas grandes cidades do país, sobretudo pela necessidade em se promover a reforma urbana. Ao lançar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em janeiro de 2007, um plano estratégico de investimentos do Governo Federal, se estabeleceu para um recorte temporal de quatro anos, substanciais compromissos em saneamento e urbanização de favelas, com parcela relevante originária do Orçamento Geral da União (OGU). As premissas do PAC se fundamentavam em fazer o Brasil crescer de forma acelerada e sustentada.

No primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os principais desafios eram estabilizar a economia e implantar um novo modelo de desenvolvimento para o país, onde pudesse aliar crescimento com distribuição de renda. Para a área de habitação, área de interesse desse estudo, o PAC previu um investimento de R\$ 106,3 bilhões entre 2007 e 2010, beneficiando quatro milhões de famílias. O governo almejou levar água e coleta de esgoto para 22,5 milhões de domicílios. Cabe mencionar que antes de ter as obras do PAC (fase 1) concluídas, a fase 2 do programa fora lançada – com finalidades eleitorais (campanha presidencial de Dilma Rousseff) – o que gerou críticas por parte da sociedade civil.

Percebe-se, que a questão habitacional situa-se no centro de um projeto político urbano, cujo foco se concentra na inserção dos setores mais vulneráveis da população, considerando a habitação e o acesso universal aos serviços básicos de saneamento como essenciais e fundamentais ao pleno exercício da cidadania. Rolnik (*apud* RETRATO DO BRASIL; CIDADES, dez 2007 / jan 2008, p. 28) ressalta que seja cedo para avaliar o PAC. Todavia, alerta para a possibilidade de que o programa reproduza o que ocorreu na Ditadura Militar, mormente se os

---

*favela à cidade*” (PANDOLFI, GRZYNSZPAN; 2002). Sob essa ótica surgiu o Favela-Bairro que, mais tarde, veio a se tornar o mais *famoso* programa de urbanização de favelas já realizado na cidade do Rio de Janeiro – até o século XXI, com o PAC das Comunidades.

<sup>7</sup> A degradação da Cidade do Rio de Janeiro e a carência de investimentos públicos levaram a Prefeitura a enfrentar o desafio de reverter a situação, melhorando a infraestrutura urbana na cidade e as condições de vida nas favelas, que já existiam há mais de um século. A idéia era integrar as comunidades à cidade formal. Com a criação, em 1994, da Secretaria Municipal de Habitação e, tendo como base a experiência do Mutirão Remunerado que realizava obras de infraestrutura em comunidades pobres, foi proposto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID uma parceria para financiar o Projeto Favela Bairro juntamente com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

municípios não puderem intervir “*usando os instrumentos que têm nos seus Planos Diretores e que foram disponibilizados no Estatuto das Cidades*”.

No que tange ao Morar Carioca, a gestão do atual (2014) Prefeito (reeleito até 2016) Eduardo Paes, criou-o no mês de julho de 2010, através da Secretaria Municipal de Habitação, apresentando como objetivo a promoção da inclusão (social), por meio da integração urbana e social completa de todas as favelas – com recorte até o ano de 2020. É mais uma intervenção com vistas a atender aos megaeventos esportivos que a cidade do Rio de Janeiro irá abrigar nos próximos anos<sup>8</sup> e tem como meta investir R\$ 8 bilhões. No discurso governamental é salientado que o Morar Carioca seja resultado de experiência acumulada pela Prefeitura em áreas carentes, com foco na inclusão social e no respeito ao meio ambiente, envolvendo um amplo processo de planejamento urbano.

Sánchez (2003) argumenta que ao se produzir um objeto material na cidade, como um edifício, produz-se em paralelo a forma como ele será consumido, por meio de práticas ideológicas, que produzem o objeto sob a forma de discurso e imagem. Logo, a produção do espaço-mercadoria envolve a produção de representações que o acompanham. E esse espaço é concebido em parte através da produção signos que “*parecem realizar desejos e fantasias de consumo moldados por valores de mundialidade*” (2003, p. 48) visto que muitas vezes o espaço-mercadoria é construído a partir de consultorias ou parcerias com instituições dos governos e privadas – como é o caso do Morro da Providência. É clara a existência de certo descompasso entre a apropriação simbólica dos espaços *modernizados* e a apropriação e utilização efetiva dos *produtos da modernização* (por parte dos locais), com inclusões e exclusões ordenadas dos usos sociais.

Na Providência, os moradores não participam do processo de transformação do espaço, parece que não são vistos pelo poder público como possíveis consumidores desse espaço, ainda que o mote seja a melhoria na mobilidade para a população. Ademais, o cotidiano dos moradores sempre esteve mais próximo do valor de uso do espaço, do que do valor de troca – subjetivo – criado a partir da reformulação da favela. Uma intervenção urbana de real valor de uso seria dotada de aparatos e equipamentos sociais, tais como provisão de saneamento básico, energia elétrica, abastecimento de água, coleta de lixo, dentre outros serviços urbanos.

Não obstante, para ceder espaço para os *projetos de mobilidade*, cerca de 1/3 da comunidade foi marcada para remoção. No topo do morro, gira em torno de 60% a quantidade de imóveis marcados, local a ser supostamente beneficiado pela implantação do Teleférico e do Plano Inclinado. O Morro da Providência está incluído na área de influência da segunda etapa do projeto Porto Maravilha, que prevê investimentos na revitalização da área portuária, com iniciativas como a demolição de parte do Elevado da Perimetral.

A Prefeitura prevê que o consórcio Porto Novo (composto por Norberto Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia) assumirá a gestão da área. Pelos 15 anos de concessão, o consórcio receberá R\$ 7,3 bilhões de um fundo gestor de recursos privados, administrado por uma estatal do município: a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Porto (CDURP). Salienta-se que ao todo, 300 famílias (que vivem na Pedra Lisa e em imóveis que precisarão ser demolidos devido às obras) serão reassentadas.

---

<sup>8</sup> Copa do Mundo da *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), em 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Cabe perguntar: *Para onde?* O governo responde que as famílias irão para casas do programa “Minha Casa, Minha Vida”, no entorno da Central do Brasil, incluindo duas áreas que eram ocupadas por garagens de ônibus e que foram desapropriadas. Ao todo, serão 1.061 casas para reassentamento de famílias dessas e de outras áreas de risco da cidade. As obras de urbanização integram o plano de investimentos do PAC 2, do governo federal. A prefeitura se comprometeu inicialmente com 5% (R\$ 6,5 milhões) do custo total. O teleférico terá três estações (Providência, Central do Brasil e Cidade do Samba), 665 metros de extensão e capacidade para transportar cerca de mil passageiros por hora. Um plano inclinado também será erguido, ligando a Ladeira do Barroso à Praça da Igreja do Cruzeiro. Integrando o morro aos bairros da Gamboa, com uma estação na esquina das ruas Barão da Gamboa e Rivadávia Correia e, à Central do Brasil. Na atualidade (2014), o acesso entre esses dois pontos da Providência é uma escadaria com 165 degraus – construída pelos escravos no Século XIX. O Morar Carioca também vai implantar um sistema de conservação, controle e ordenamento do uso e da ocupação do solo na comunidade. Onde ficará, para onde irá a memória do local?

O título “Projeto Porto Maravilha” é o que a população conhece, mas seus princípios norteadores estão previstos na Lei nº101/2009 que fundamentam a Operação Urbana Consorciada (OUC) do Porto do Rio, de pouco conhecimento por parte dos diretamente afetados. Dentre outras questões, a Lei Federal Nº10257/2001, o Estatuto da Cidade, define que qualquer plano de Operação Urbana Consorciada deve prever o programa de atendimento econômico e social da população afetada como componente obrigatório de uma OUC. Desta forma, não perfaz uma boa ação por parte do governo, ou da iniciativa privada envolvida com o Projeto Porto Maravilha, mas de uma obrigação legal. Todavia, a fim de cumprir tal dispositivo legal é necessário prover a definição, o planejamento das políticas, a alocação dos recursos, a produção de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e de Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV) da OUC, além de conferir a publicidade sobre seus diagnósticos e alternativas propostas – o que no Morro da Providência ainda não se viu.

Segundo a Lei nº101/2009 o Programa de Atendimento Econômico e Social da População Afetada, enquanto princípio organizador da OUC do Porto está voltado para a população de baixa renda e prevê a produção de habitação de interesse social em qualquer setor da OUC; ações de reassentamento para população removida pelas intervenções da própria operação urbana; alocação de recursos da OUC e outras formas de financiamento de recursos, considerando que os recursos advindos da venda dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs) representam a principal fonte de recursos da OUC do Porto o que significa dizer que essa é também a fonte que deve custear o referido programa e, a previsão de participação social da população na definição de planos de desenvolvimento sustentáveis locais.

De acordo com a lei a população alvo de tais ações é a chamada “população de mais baixa renda” da região. Esse é, portanto, o perfil da população prioritariamente atingida pelas ações do programa de atendimentos econômico e social da população atingida, tendo em vista a produção de habitação na área de influência do Porto Maravilha. Esta definição legal estabelece orientação para que as ações da OUC do Porto cumpram a função social da cidade e da propriedade, conforme definição do Estatuto da Cidade. O presente estudo almeja também investigar se os princípios norteadores do planejamento, da execução e da fiscalização da OUC, quanto às diretrizes definidas pela referida lei complementar, são aplicados de fato.

Visto isso, questiona-se se os Projetos Urbanísticos implantados no Morro da Providência, área central da cidade do Rio de Janeiro, visam atender às reais necessidades de sua população, ou se trata de um processo de gentrificação do espaço, dotando-o de infraestrutura específica para uma demanda turística, ocorrente ao país e à cidade por ocasião dos megaeventos esportivos, mormente Copa do Mundo em 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, ocasionando desta forma em uma remoção em massa dos moradores desta Favela, conferindo-a o “*status* de favela turística”, além de atender aos interesses dos incorporadores imobiliários e construtores que, em suas parcerias público-privadas, vão cada vez mais auferindo benefícios gerados via obras públicas.

Cabe avaliar quais os benefícios verdadeiros que seriam proporcionados por tais intervenções (ao território e à população); investigar quem é a parcela da população afetada; afetada pelo o que exatamente?; sinalizar os impactos positivos durante a instalação e posterior operação do Teleférico; e se os impactos negativos e positivos são igualmente distribuídos e apropriados socialmente no território pelas classes sociais. Estas perfazem urgências ao entendimento do processo de revitalização do espaço.

Duas das principais intervenções previstas para o Morro da Providência são as implantações do Teleférico – tal como no Complexo do Alemão, na Região do Subúrbio da Leopoldina – e do Plano Inclinado – tal como na Favela Santa Marta, em Botafogo, zona sul da cidade –, incluídos no que o governo intitula de Sistema de Ampliação da Mobilidade. Enfatiza-se que no que tange às obras do Teleférico, estão previstas as construções de três (3) estações interligando a Central do Brasil, o Morro da Providência e a Cidade do Samba. Um dos gargalos de tal intervenção e que merece o debate acadêmico diz respeito ao alto custo (implantação, operação e manutenção), além de conceber se atenderá de fato às necessidades da população (uma vez que sugere melhoria na mobilidade e a população que deveria ser beneficiada – do alto do Morro – será removida). Se o projeto em si é de desconhecimento de grande parcela da população, ressalta-se que o senso comum desta aponta que a obra do Teleférico é apenas uma estratégia de marketing, que funciona de forma mais veloz em campanhas políticas do que o investimento em saneamento básico – este sim, perfazendo uma real demanda local.

Todavia, cabe ressaltar que o investimento de recursos públicos em obras de grande impacto, apresenta como ônus a diminuição dos recursos disponíveis para atender às necessidades da população, como o saneamento mencionado. Destaca-se ainda que dentre o debate acerca do direito à cidade, no caso deste projeto urbanístico uma vertente do direito – a publicidade, o conhecimento do que será realizado – não encontrou amparo por parte do poder público em relação aos moradores do Morro da Providência. Tais moradores não tiveram acesso a laudos tampouco aos projetos que conteriam as especificações das obras previstas.

Contudo, um dos problemas é que tais intervenções implicam na remoção de vários domicílios, caracterizados como em situação de risco, este superdimensionado com o objetivo de justificar as expropriações. Ressalta-se que o projeto não foi objeto de debate com a população e, seu foco não é o atendimento das demandas consideradas prioritárias por estes.

## **2 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao se pretender salientar a dialética entre o projeto urbano e a memória da favela é, mormente para enfatizar que esta intervenção pode ser drástica ao ser considerado que as



demolições previstas e as obras realizadas representam uma descaracterização do núcleo histórico daquela que é a gênese das favelas cariocas.

O risco emerge em transformar o Morro da Providência em um simulacro, um cenário nada autêntico, conferindo a perda da identidade e das características de valor histórico, sendo resultado de uma atividade turística sem pilares sustentáveis ou comunitários, apenas alienado e predatório, deixando de prover as melhorias urbanísticas que a população tanto almeja e necessita.

Considera-se que o Projeto Urbanístico pelo qual passa o Morro da Providência se trata de mais um exemplo de reprodução do processo de segregação socioespacial dos segmentos da população de baixa renda, via expropriação.

Ressalta-se ainda o paradigma da gentrificação do espaço, acentuado sobremaneira quando associado às práticas mercantilistas e especulativas do capital imobiliário, sendo responsáveis pelo encarecimento da terra urbana.

O morador, a população local já está passando pelo processo de desterritorialização, visto que o perfil da população a ser atraída para esse território deve ser solvável e apto a consumir o espaço e seus novos atributos como os oferecidos pela cadeia produtiva do turismo, mais uma vez vê-se o valor de troca se sobrepondo ao valor de uso.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. A favela está fazendo 100 anos (sobre os caminhos tortuosos da construção da cidade). **V Encontro Nacional da ANPUR**. Belo Horizonte. p. 203-206. 1993.
- \_\_\_\_\_. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. In: **Revista do Rio de Janeiro**. Niterói, v. 1, nº 2, Jan. – Abr. p. 47- 58. 1986.
- \_\_\_\_\_. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2008. 155 p. ISBN 85-87649-07-8.
- ANDRADE, Pedro Vieira de. **O turismo como fator de desenvolvimento urbano**. In: CESÁRIO, Sebastiana. (Org.). Senac Rio. 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. TOMAZ, Fernando. (Trad.). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 1989.
- \_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Cidade escassa e violência urbana**. Série Estudos, Rio de Janeiro, v. 91, p. 259-269, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Cultura política e cidadania: uma proposta de metodologia de avaliação do programa favela-bairro**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1997. (Relatório de pesquisa, IUPERJ).
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **A construção da favela como destino turístico**. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/TurismoFavelaCarioca.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/TurismoFavelaCarioca.pdf)>. Acesso em 30 Maio 2011. 2006.
- \_\_\_\_\_. **A favela que se vê e que se vende: Reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico**. Paper apresentado no XXX Encontro Nacional da Anpocs – Caxambu, outubro, 2006b.
- LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1991.



LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. FRIAS, Rubens Eduardo. (Trad.). São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **La revolución urbana**. Madrid: Alianza Editorial, 1972.

\_\_\_\_\_. **The production of space**. London: Blackwell, 1998.

PETERSEN, Lu. **Das remoções à Célula Urbana**: evolução urbano-social das favelas do Rio de Janeiro. Cadernos de Comunicação da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **Depoimentos ao CPDOC/FGV**. Rio de Janeiro, 2006.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

VAZ, Lílian Fessler (coord.). **História dos bairros da Maré**: espaço, tempo e vida cotidiana no Complexo da Maré. UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e moradia**: habitação coletiva no Rio de Janeiro séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. Notas sobre o Cabeça de Porco. In: **Revista do Rio de Janeiro**. Niterói, Vol. 1, Nº 2, jan-abr. p. 29-35. 1986.